

e técnicas, enquadradas nas missões das respectivas instituições, e ainda:

- Participar na concepção, no desenvolvimento e na execução de projectos de investigação e desenvolvimento e em actividades científicas e técnicas conexas;
- Orientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos projectos ao seu cargo;
- Colaborar no desenvolvimento de acções de formação no âmbito da metodologia da investigação e desenvolvimento;
- Acompanhar os trabalhos de investigação desenvolvidos pelos bolsiros, pelos estagiários de investigação e pelos assistentes de investigação e participar na sua formação;
- Orientar e participar em programas de formação da instituição.

5 — O local de trabalho situa-se na Delegação do Porto do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, conforme o n.º 1 do presente aviso.

6 — O concurso é externo, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, e é válido para o preenchimento da vaga referida no n.º 1 e das que eventualmente venham a verificar-se no prazo de um ano.

7 — Parâmetros de apreciação e ponderação — os parâmetros de apreciação e ponderação a utilizar no concurso, bem como o sistema de classificação final, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Em conformidade com o aviso n.º 1954/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 25 de Fevereiro de 2005, e com a rectificação n.º 708/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 28 de Abril de 2005, o júri do concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Maria Susana Trindade da Franca Epifânio da Franca, investigadora-coordenadora do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em Lisboa.

Vogais:

Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pinho de Almeida Souteiro Bastos, professora catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Prof.ª Doutora Maria Leonor Monteiro Fidalgo Ferreira Leite, professora associada com agregação da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Prof. Doutor Rui Alfredo da Rocha Boaventura, investigador principal da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Prof. Doutor José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo, professor catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Prof. Doutor João Manuel da Costa Amado, professor associado com agregação do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Dr.ª Maria Helena Rodrigues Gonçalves Soares Costa, investigadora principal do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em Lisboa.

9 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director do Instituto, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado, para a Avenida do Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, no prazo de 30 dias úteis a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação do requerente (nome, residência, telefone e número do bilhete de identidade, validade e entidade que o emitiu);
- Habilitações académicas e profissionais;
- Categoria que possui e organismo a que está vinculado, se for o caso;
- Identificação do concurso e da área científica e área afim a que se candidata, mediante referência ao *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso;
- Os elementos a que se refere o n.º 15 do presente aviso, relativamente aos candidatos com deficiência abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever especificar para a apreciação do seu mérito;
- Menção dos documentos que acompanham o requerimento;
- Declaração, sob compromisso de honra, de como possui os requisitos gerais constantes do n.º 2.1 do presente aviso.

11 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Documento comprovativo dos requisitos especiais referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/99,

de 20 de Abril, ou, em alternativa, dos referidos na alínea b) do mesmo preceito legal;

- Documento(s) comprovativo(s) das habilitações académicas e profissionais;
- Curriculum vitae* (sete exemplares);
- Publicações de que o candidato é autor ou co-autor referidas no *curriculum vitae* (sete exemplares).

12 — Publicação das listas — os candidatos admitidos e excluídos serão notificados por ofício registado, nos termos do n.º 5 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril. O resultado do concurso consta de relatório final, o qual é afixado e notificado, por carta registada, a cada um dos candidatos, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de Setembro.

13 — Condições de admissão de candidaturas — nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, as candidaturas são admitidas se os candidatos apresentarem, no acto de candidatura, documento comprovativo de que quiseram ao conselho científico deste Instituto que lhes seja considerada, para os efeitos do concurso, a habilitação detida como habilitação em área científica afim daquela para que é aberto o concurso ou o tempo de serviço prestado em determinada área científica como tendo sido prestado em área científica afim daquela para que é aberto concurso.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Candidatos com deficiência:

15.1 — No âmbito deste concurso, aplicar-se-ão aos candidatos com deficiência abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o disposto no n.º 3 do artigo 3.º deste diploma.

15.2 — Os candidatos a que se refere o número anterior devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, bem como mencionar no mesmo requerimento todos os elementos necessários ao cumprimento do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001.

16 — Pessoal em situação de inactividade — em cumprimento do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 14/97, de 17 de Janeiro, foi consultada a Direcção-Geral da Administração Pública sobre a existência de pessoal em situação de inactividade detentor dos requisitos exigidos, tendo aquela Direcção-Geral informado não existir pessoal com o perfil definido.

14 de Junho de 2005. — O Director, *Manuel Gomes Afonso*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Ensino Básico
de Oliveira do Hospital

Aviso n.º 6417/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da sala de pessoal não docente a lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2004, do referido pessoal desta Escola.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamar ao dirigente máximo do respectivo serviço.

20 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Albano Pinto Dinis*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Centro de Área Educativa de Bragança

Contrato n.º 1284/2005. — Por despacho do coordenador do Centro de Área Educativa de Bragança, Belmiro dos Anjos Gonçalves, proferido por delegação de competências, foram homologados os contratos relativos ao ano escolar de 2003-2004 dos seguintes educadores

de infância não pertencentes aos quadros (não estão sujeitos a visto do Tribunal de Contas):

	Data da homologação
Adelaide Afonso Martins de Pêra Macias	2-12-2003
Amélia Santos Pires Escobar	10-10-2003
Ana Cláudia Santos Simões Pereira	14-11-2003
Ana Maria Neves Pinto Braz	6-1-2004
Ana Sofia Martins Pinheiro Costa	24-11-2003
Cláudia Aldeia Nova de Sousa	9-12-2003
Eulália de Fátima Gonçalves Ferreira	5-11-2003
Hermínia Ilda da Rocha Borges	10-10-2003
Isabel Cristina Machado Pereira	8-1-2004
Joana Catarina Ferreira Pinto	8-1-2004
Lídia Maria Bento Pereira	12-12-2003
Luísa Maria Vaz Neves Afonso Ramos	1-10-2003
Margarida Maria Santulhão Pinela	11-12-2003
Maria Beatriz Machado Martins	14-11-2003
Maria Celeste Rodrigues	14-11-2003
Maria do Carmo Abreu Mós Mendes	14-11-2003
Maria Emília dos Santos Frades Esteves	8-1-2004
Maria Fernanda Fernandes Vilela Nogueiro	12-12-2003
Maria Helena Gouveia Bártole	12-12-2003
Maria José Lopes Rocha	24-11-2003
Maria Luísa Abreu Pereira	15-12-2003
Maria Manuela Teixeira Reis Cardoso	6-1-2004
Marina João Valente Sousa Gouveia	9-12-2003
Paula Alexandra Silva Durães	26-11-2003
Sandra Marina Marques Espinheira	10-11-2003
Sofia Manuela Moreira da Rocha	26-11-2003
Teresa de Jesus Simões Franco Pinhel	10-10-2003

16 de Maio de 2005. — O Coordenador Executivo, *Alcídio Augusto Castanheira*.

Contrato n.º 1285/2005. — Foram homologados os contratos relativos ao ano escolar de 2003-2004, por despacho do coordenador do Centro de Área Educativa de Bragança, Belmiro dos Anjos Gonçalves, proferido por delegação de competências, dos seguintes professores do 1.º ciclo do ensino básico, não pertencentes aos quadros:

	Data de homologação
Alexandra Almendra Mateus	6-1-2004
Ana Margarida Pestana Dinis Afonso	7-4-2004
Ana Maria Fernandes de Carvalho	28-10-2003
Ana Paula Silva Pereira Prudêncio	12-4-2004
Carla Sofia Calvão dos Santos Zoio	19-11-2003
Catarina Alexandra Gonçalves Pinto	17-6-2004
Célia de Jesus Tomeno Fernandes	9-12-2003
Cesaltina Maria Pereira Alves Rodrigues	12-4-2004
Cristiane da Silva Terra Anta Fontes	22-4-2004
Eliane Anjos da Silva Joaquim	28-10-2003
Elmira da Piedade Ferro Gonçalves Duro	26-11-2003
Emília da Assunção Cardoso Bragança	3-6-2004
Fátima Jacinta Alves Morais	20-11-2003
Fernando Marcelino Vasques Cepeda	5-11-2003
Filipa Isabel Roque Ferreira Lopes Fresco	29-6-2004
Georgina Sofia Sales Teixeira	10-10-2003
Helena de Fátima Cordeiro Rodrigues Nunes	4-11-2003
José Alexandre Alves Horta Ramos	24-11-2003
José Carlos dos Santos do Bem	28-6-2004
Luís Filipe Meirinho Martins	21-4-2004
Maria Cristina Martinho Rodrigues Loureiro	22-4-2004
Maria da Luz Reis Martins Girão	24-5-2004
Maria do Carmo Filipe	24-11-2003
Maria Isabel Pires Gomes Guerra	17-5-2004
Maria Manuela Ferreira Brás Gonçalves	6-1-2004
Nelson Joaquim Figueiredo Araújo	17-6-2004
Orlândia Maria Rodrigues Vila Franca	25-5-2004
Patrícia Amélia Fernandes Escalhão Mesquita	28-10-2003
Pedro Alexandre Pires	31-3-2004
Pedro Miguel Vaz Oliveira	4-11-2003
Rita Cristina Monteiro Moita da Cruz	17-5-2004
Sandra Rosa Fernandes de Sousa Gomes	15-10-2003
Sílvia Pais Miranda	11-12-2003
Susete do Amparo Castelo Esteves	15-10-2003
Sylvie Gonçalves Pereira	28-10-2003

Tânia Rosália Martins José	22-7-2004
Teresa Cristina Alves Freixo	14-11-2003
Zulmira da Conceição Paradelo Pinto Fernandes	15-10-2003

(Não estão sujeitos a visto do Tribunal de Contas.)

16 de Junho de 2005. — O Coordenador Educativo de Bragança, *Alcídio Augusto Castanheira*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Centro Científico e Cultural de Macau, I. P.

Despacho (extracto) n.º 14 575/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Junho de 2005:

Rui de Faria Afonso de Abreu Dantas, técnico profissional especialista do quadro do Centro Científico e Cultural de Macau — nomeado, em regime de comissão de serviço extraordinária, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, pelo período de um ano estagiário da carreira técnica superior do mesmo quadro de pessoal com efeitos reportados a 5 de Maio de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Junho de 2005. — O Presidente, *Luís M. L. Mota e Silva*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 14 576/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Junho de 2005 da gestora da Intervenção Operacional da Cultura, obtida a anuência do serviço de origem:

Licenciada Graça Maria Xavier Amorim Tavares da Silva, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça — requisitada, pelo período de um ano, para o exercício de funções na Intervenção Operacional da Cultura, com efeitos a 1 de Julho de 2005.

16 de Junho de 2005. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Instituto Português de Museus

Aviso n.º 6418/2005 (2.ª série). — Por não ter sido publicitado na bolsa de emprego público o aviso n.º 228/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 11 de Janeiro de 2005, respeitante ao concurso interno de acesso geral para o preenchimento de dois lugares de assistente administrativo principal da carreira de assistente administrativo, no quadro de pessoal do Instituto Português de Museus, dá-se novo prazo de 10 dias úteis a partir da publicação deste aviso para efeito de apresentação de novas candidaturas.

17 de Junho de 2005. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Adília Crespo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 14 577/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 17 de Junho de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. Francisco Manuel Lucas Ferreira de Almeida, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Junho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

Despacho (extracto) n.º 14 578/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 17 de Junho de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. Henrique António de Passos Lopes, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Junho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.